



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**02/06/2016
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 02/06/2016.**

10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública com a finalidade de que sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior. Tema: Assistência a brasileiros no exterior, migração e atração de capital humano para o Brasil.	7

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Maioria (PMDB)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303-2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PRB)	RJ (61) 3303-5225/5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 2 de junho de 2016
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
10ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Audiência Pública com a finalidade de que sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.

Tema: Assistência a brasileiros no exterior, migração e atração de capital humano para o Brasil.

Observações:

Audiência Pública em decorrência do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal que "no desempenho da competência prevista no Inciso IX do art. 90, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 4/2016](#), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)
- [RRE 10/2016](#), Senador Tasso Jereissati
- [RRE 17/2016](#), Senador Tasso Jereissati

Convidados:

Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães

- Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior(SGEB)-Ministério das Relações Exteriores

Embaixador Riccardo Savone

- Embaixador do Canadá no Brasil

Eduardo Matsushita

- Presidente da CEO INFINITAS

Embaixador John Richardson

- Embaixador da Austrália no Brasil

1

Aprovado em
03/03/16

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2016 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 04, de 2016, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública (artigo 96-B do RISF) voltada para a política externa.

Avaliação de Políticas Públicas (artigo 96-B do RISF)

Tema: Política Externa

APRESENTAÇÃO

O artigo 96-B do RISF estabelece que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, em 18 de fevereiro de 2016, o requerimento nº 04, de 2016, que a política pública a ser avaliada pela CRE será a política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.

O Plano de Trabalho aqui proposto segue as orientações constantes do *Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal*, elaborado pelas Consultorias Legislativa e de Orçamento da Casa.

O Plano de Trabalho, seguindo a Resolução nº 44, de 2013, deve mesclar componentes da avaliação *somativa*, também denominada de *ex post*, com da avaliação *formativas*, que se concentra durante a implementação de um programa e tem o potencial de subsidiar a gestão da política.

Cabe ao Senado, afinal, acompanhar o cumprimento dos resultados inicialmente pretendidos pela política pública em questão, bem como a qualidade da sua governança e do uso dos recursos públicos.

Como o próprio *Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal* aponta, é função do Senado “monitorar os resultados e os processos das políticas públicas”, sendo realizado sob “dois pontos de vista: (i) trazer ao conhecimento público e proporcionar o debate sobre a atuação governamental em benefício da sociedade e (ii) propor ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, quando necessários e oportunos” (pag. 4).

A Resolução nº 44, de 2013, detalha as etapas para a avaliação anual das políticas públicas realizadas pelas comissões permanentes do Senado Federal, que são:

- I. Etapa 1 – Escolha da Política Pública: As Comissões permanentes escolhem uma política pública, no âmbito de sua competência, para ser avaliada até dia 31 de Março. A CRE já cumpriu essa etapa em 18 de fevereiro de 2016.
- II. Etapa 2 – Designação do Relator: No dia 19 de fevereiro de 2016, o Presidente da CRE, Senador Aloysio Nunes, designou o Senador Tasso Jereissati como relator.
- III. Etapa 3 – Definição do Plano de Trabalho: No decorrer da sessão legislativa, deve-se definir o Plano de Trabalho, que é justamente o escopo deste requerimento, com a possibilidade de usar tais recursos:
 - Requisição de informações ao Poder Executivo;
 - Requisição de informações ao TCU;
 - Análise da execução orçamentária pela CONORF;
 - Identificação de atores relacionados na sociedade;
 - Contato com agências reguladoras e organismos internacionais, se for o caso;
 - Solicitação de estudos às consultorias;
 - Elaboração de portal no site da Comissão;
 - Realização de audiências;
 - Realização de diligências;
 - Ações pelo E-Cidadania (pesquisa de opinião por meio do Data Senado).

IV. Etapa 4 – Apresentação do Relatório Final: Até o final da sessão legislativa, o relator deve apresentar o relatório com as conclusões da avaliação realizada.

O objeto deste documento é estabelecer o plano de trabalho para a avaliação da política externa, enquanto política pública, para o ano legislativo de 2016.

No próximo item, será apresentado o diagnóstico da situação que motivou a proposição deste tema para a CRE. Em seguida, será detalhado o plano de trabalho conforme sugerido no *Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal*.

MOTIVAÇÃO

O Brasil vive uma grave crise econômica causada por políticas econômicas comprovadamente equivocadas. Como resultado, o Produto Interno Bruto brasileiro, segundo o Fundo Monetário Internacional, retraiu 3,8% em 2015 e, estima-se para 2016, uma redução de 3,5%. Vale notar que o mundo cresceu 3.1% em 2015 e estima-se uma expansão da atividade econômica de 3,4% para 2016.

O Ministério das Relações Exteriores, conforme o Plano Plurianual 2016-2019, tem um orçamento anual de aproximadamente 1% do montante global. Mas o Itamaraty tem a peculiaridade em ter aproximadamente 70% dos seus gastos no exterior, sendo eles invariavelmente atrelados ao dólar. Com a recente depreciação do real frente ao dólar, o Ministério viu suas despesas aumentarem em 50% ao longo de 2015, enquanto seu orçamento continuou no mesmo patamar e sofreu contingenciamentos.

Ao mesmo tempo, o Itamaraty não apresentou nenhum programa de modernização organizacional ou gerencial, a fim de obter ganhos de eficiência, de redução da sua representação diplomática (que cresceu 46,8% nos últimos anos) e, tampouco, de revisão de sua estratégia em curso. O curioso é que 2015 foi o ano de elaboração do Plano Plurianual e o Ministério não tem nenhum objetivo, meta ou iniciativa que mencione uma potencial modernização organizacional ou gerencial para o quadriênio.

O próprio Ministro Mauro Vieira nada mencionou sobre possíveis programas de modernização para o Itamaraty, ou mesmo para a estratégia da política

externa, em sua última sabatina nesta Comissão no dia 24 de novembro de 2015.

É função precípua do Senado Federal, por meio desta Comissão, exercer seu papel de fiscalização do Poder Executivo e debater com necessária profundidade uma agenda propositiva de modernização para o Ministério das Relações Exteriores para que o governo brasileiro possa fazer política externa com excelência, contando com os recursos necessários, e prestar serviços públicos de qualidade para os cidadãos e empresas brasileiros no exterior.

Na próxima seção, será detalhado um roteiro do plano de trabalho que está sendo submetido à apreciação desta Comissão para sua aprovação.

PLANO DE TRABALHO

Conforme as regras da Casa, o relator deve elaborar plano de trabalho, que pode conter a previsão de solicitação de informações, documentos e estudos, bem como a realização de audiências e diligências, e contar com o apoio dos órgãos de assessoramento do Senado Federal e do próprio TCU.

A sugestão de roteiro do Plano de Trabalho segue abaixo:

1. Objetivos

1.1. Definir o escopo da avaliação

- 1.1.1. Estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior
- 1.1.2. Qualidade e eficiência da prestação do serviço consular
- 1.1.3. Institucionalização e eficiência da promoção de empresas brasileiras no exterior
- 1.1.4. Institucionalização, participação e eficiência das ações de assistência ao desenvolvimento

2. Aspectos Metodológicos

- 2.1. Pesquisa quantitativa e qualitativa com público-alvo por meio eletrônico
- 2.2. Levantamento de dados administrativos, orçamentários e financeiros

- 2.3. Requerimento de dados primários aos Ministérios e órgãos envolvidos
 - 2.4. Realização de audiências públicas com "stakeholders" da política externa brasileira e com especialistas na área
 - 2.5. Estabelecimento de "*benchmarks*" e análise quantitativa dos dados
 - 2.6. Realização de pesquisas pelo E-Cidadania do Senado Federal
3. Etapas
 - 3.1. Envio dos requerimentos de pedido de informação aos Ministérios e órgãos competentes
 - 3.2. Realização de pesquisas até o final do primeiro semestre de 2016
 - 3.3. Realização de audiências públicas até o final do ano legislativo de 2016
 - 3.4. Checagem e análise dos dados até setembro de 2016
 - 3.5. Consolidação e finalização das avaliações pelos técnicos até outubro de 2016
 - 3.6. Submissão da avaliação à CRE
 - 3.7. Editoração e impressão, pela gráfica do Senado Federal, de 1000 exemplares do relatório aprovado na CRE
 4. Planejamento e Gestão Orçamentária
 - 4.1. Análises econômico e financeira realizadas pelo TCU e pelo CONORF, com o intuito de substanciar as demais pesquisas
 5. Apresentação dos Resultados
 6. Análise dos Dados
 7. Considerações Finais

Sala da Comissão, 03 de março de 2016.


Senador TASSO JEREISSATI





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

RRE
00017/2016

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 - CRE

Requeiro a realização de audiências públicas no contexto da avaliação de política pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B e em face do requerimento da nº 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016.



Audiência 01: Política comercial comprometida com a expansão comercial das empresas brasileiras

- Sugestão de data: 19 de maio de 2016.

Audiência 02: Assistência a brasileiros, migração e atração de capital humano para o Brasil

- Sugestão de data: 08 de junho de 2016.

Audiência 03: Modernização da cooperação para o desenvolvimento do governo brasileiro

- Sugestão de data: 23 de junho de 2016.

Obs.: as sugestões de datas deverão ser ratificadas pela presidência da comissão de relações exteriores e defesa nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A política pública a ser avaliada pela CRE em 2016 será a política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

Portanto, encaminho a sugestão dos temas das três primeiras audiências públicas e a sugestão das datas de realização sujeitas a alterações por determinação da presidência da comissão de relações exteriores e defesa nacional. Os convidados serão encaminhados à Comissão posteriormente.

Sala de Sessões,

Senador TASSO JEREISSATI

